

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SEIS -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária e verificada a ausência simultânea de todos os membros da mesa da Assembleia Municipal, o deputado Engenheiro Albino Costa, eleito pela lista do Partido Socialista, usou da palavra para propor a eleição da mesa da Assembleia, de entre os membros presentes para a presente sessão dado que, observada no livro de presenças a assistência de sessenta e oito membros se verificar existência de quórum para o seu funcionamento, conforme determina a lei e o regimento. Foram apresentadas duas listas, uma subscrita pelo Partido Socialista, a qual propunha que a Mesa fosse constituída pelos seguintes membros: - Presidente – Doutor Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins; Primeiro Secretário – Engenheiro Francisco Manuel Figueira de Lemos e Segundo Secretário – Engenheiro Rui Pedro Ribeiro Valente. A outra lista apresentada conjuntamente pelos grupos parlamentares do PSD, CDS e CDU, na qual propunha que a Mesa fosse constituída pelos seguintes membros: Presidente – Doutor João Pedro Leite Castro Frazão; Primeiro Secretário – Joaquim Magalhães e Segundo Secretário – Doutor Orlando Carvalho Leite. Dado tratar-se de duas listas foram designadas da seguinte forma para efeitos de votação: a lista apresentada pelo Partido Socialista designada com a letra A e a outra lista com a letra B. Efectuada a votação, por escrutínio secreto, obteve-se os seguintes resultados: Lista A trinta e nove votos, Lista B vinte e um votos e um voto branco. Após esta votação e em resultado dela os membros eleitos: Presidente – Doutor Pompeu Miguel Noval da Rocha Martins; Primeiro Secretário – Engenheiro Francisco Manuel Figueira de Lemos e Segundo Secretário – Engenheiro Rui Pedro Ribeiro Valente tomaram assento de imediato na Mesa da Assembleia Municipal. De seguida o Presidente da Mesa ora eleito iniciou a sessão informando que pediram suspensão por trinta dias os Senhores Deputados: Manuel Fernandes Cunha, Armando Oliveira Lobo e Raul Jorge Fernandes da Cunha, todos eleitos na lista do Partido Socialista. Como ninguém se quis pronunciar sobre os referidos requerimentos, foram os mesmos postos à votação, sendo aprovados por unanimidade, tomando

assento os elementos que se seguem nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Por último solicitou a renúncia ao cargo de Secretário da Mesa, para o qual foi eleito na última sessão da Assembleia, o deputado Miguel Ângelo Machado Soares, eleito na lista do Partido Socialista sendo aprovado por unanimidade. Requereu, ainda a sua substituição o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, Victor Orlando da Cunha Silva, substituído nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal por Eurico Sousa Castro. De imediato, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente existente, que fica à disposição de todos os membros da Assembleia. Entrou-se no período de Antes da Ordem do Dia. Como a mesa não registou a entrada de qualquer proposta, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir neste período, tendo a mesa registado os vários pedidos de intervenção. Em primeiro lugar interveio o Senhor Doutor Pedro Frazão para registar a ausência de todos os membros da mesa desta Assembleia, pensando até que é inédito desde o 25 de Abril de 1974 e que em nada dignifica a Assembleia Municipal. Seguiu-se a intervenção do Senhor Engenheiro José Manuel Batista para em primeiro lugar perguntar à mesa o porquê da não entrega das actas das sessões anteriores desta Assembleia. A segunda questão que gostaria de ver esclarecida tem a ver com a revisão do PDM, nomeadamente, os responsáveis pelos atrasos do processo. Usou da palavra a Doutora Leonor Castro para abordar a questão das actas das últimas sessões que não foram distribuídas aos membros, o que lamenta por entender que as mesmas são um elemento importante para o bom funcionamento desta Assembleia, referindo a lei que impõe a elaboração e aprovação das actas. Seguiu-se a intervenção do Doutor António Cunha começando por manifestar a sua estranheza pelo insólito de, pela segunda vez, consecutiva, se eleger a mesa da Assembleia Municipal. Alerta, ainda para a questão da saúde, ligando-a com a situação do Hospital de Fafe. Colocou algumas questões, nomeadamente, sobre o seu funcionamento e a intenção do Ministério da Saúde de encerrar alguns serviços. Referiu-se ainda às explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a visita do Doutor Mário Soares, dizendo que as mesmas não convenceram a CDU, por entendel-as demagogas e, a comprová-lo refere a distribuição de panfletos assinados pelo Senhor Presidente da Câmara a apelar ao voto no Doutor Mário Soares.

De seguida usou da palavra o deputado Ricardo Almeida lembrando que na última sessão foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aprovado pelos presentes naquela sessão a revisão do regimento, lembrando também que é importante a sua revisão e que o Bloco de Esquerda aguarda a convocatória para o efeito. Concordou com as questões já colocadas no que se refere ao expediente e que as solicitações efectuadas, não têm, por vezes, resposta em tempo útil, por isso entende que se deve melhorar. Mostrou também a preocupação no encerramento de algumas escolas do concelho, e apesar de saber que estas medidas não dependem dos órgãos locais, apela a estes, para que, com os poderes que lhes estão conferidos, retirem as consequências que daí advêm para as crianças destas zonas, já de si desfavorecidas. Gostaria ainda de ser esclarecido sobre as medidas que estão a ser tomadas para a prevenção dos incêndios. Interveio de seguida o Doutor Jorge Pimentel para mostrar a sua preocupação e pedir alguns esclarecimentos sobre a rede escolar do concelho, nomeadamente o encerramento das escolas e a reorganização escolar, a segurança nos transportes escolares, as refeições e o insucesso e abandono escolar. Questiona ainda se o Município está preparado para a nova definição da organização curricular que contempla a música, expressões artísticas e o Inglês. Por fim pretende saber qual o destino que a Câmara pretende dar aos edifícios escolares que iram ser desactivados. Usou da palavra o deputado Joaquim Magalhães começando por referir que a mesa eleita na primeira sessão está a prestar um mau serviço a esta Assembleia e à comunidade Fafenses, apelando a que os dois membros renunciem ao cargo. Recomenda o cumprimento da lei no que se refere à convocatória da Assembleia Municipal. Abordou ainda a situação ocorrida na última reunião da sessão da Assembleia Municipal com o funcionamento da mesa aproveitando para referir que a situação verificada hoje dá razão à CDU, quando exigiu o cumprimento da lei e a eleição dos elementos para constituírem a mesa, criticando o Partido Socialista pela sua má preparação e pelo não cumprimento da lei e respeito democrático. Alertou para as substituições efectuadas na segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia de vinte e seis de Dezembro último, por a lei não permitir a substituição de nenhum membro depois de iniciada a sessão. Ainda relativa à última Assembleia quis esclarecer que, ao contrário do que foi

dito pelo Senhor Presidente da Câmara, fez parte entre outros da comissão criada em Antime para as questões da A7 em relação, ainda, ao licenciamento do muro de vedação do Largo do Carvalho, em Antime também discutido na última Assembleia refere que existe uma queixa apresentada na Câmara mas que não obteve ainda resposta, no entanto registou com agrado as palavras do Senhor Presidente da Câmara quando diz que não será obrigatório manter-se a situação, pelo que supõe que também o Senhor Presidente da Câmara está interessado em restituir o espaço ao Povo de Antime. Critica ainda a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Arões S. Romão na reunião da Assembleia de vinte e seis de Dezembro último por a considerar inoportuna e de mau gosto no que se refere à preocupação com o tempo das intervenções de outros eleitos com os mesmos direitos e deveres. Interveio de seguida o deputado José Ricardo Silva para questionar a Câmara sobre a venda de Aves na Feira Semanal, querendo saber se a venda já é permitida. Colocou ainda outra questão relacionada com um terreno existente junto à Escola n.º 1 e Praceta 1º de Maio que sendo público ou privado necessita de uma intervenção. Seguiu-se a intervenção do Doutor António Jorge Barroso que incidiu sobre a aprovação das taxas do IMI, na última sessão da Assembleia Municipal, dizendo que ao contrário do referido pelo Senhor Presidente da Câmara, o Código do IMI diz que as taxas a aplicar, devem ser aprovadas pela Assembleia Municipal e comunicadas até 30 de Novembro, para serem aplicadas no ano seguinte. Salientou que, ao contrário do referido pelo Senhor Presidente, os documentos apresentados, bem como, o teor da proposta não referiam que as taxas do IMI seriam para aplicar no ano de 2007, pelo que, no seu entendimento, as taxas do IMI foram aprovadas e comunicadas extemporaneamente questionando o Senhor Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia que consequências iram tirar, o primeiro pela diminuição de receita e o segundo por não ter convocado a Assembleia Municipal para a sessão de Setembro. Pediu a palavra a Presidente da Junta de Estorãos para intervir, na qualidade de 1ª secretária da Mesa da reunião, de vinte e sete de Dezembro último, da Assembleia Municipal esclarecendo que, nessa qualidade, elaborou a acta da respectiva reunião, não lhe cabendo a si a responsabilidade de a mesma não ter sido distribuída aos membros desta Assembleia. Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de

Arões S. Romão refutando as acusações efectuadas pelo Senhor Joaquim Magalhães. Seguiu-se a intervenção do deputado Alexandre Peixoto para questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca da prevenção dos incêndios florestais, deixando algumas sugestões, nomeadamente, mais e melhor vigilância. De seguida usou da palavra o deputado Armindo Fernandes esclarecendo alguns pontos da sua entrevista a um Jornal local sobre o Turismo. Interveio, novamente, a Doutora Leonor Castro deixando algumas reflexões sobre a educação, nomeadamente, o reordenamento do meio escolar. Demonstrou a sua preocupação face às notícias veiculadas na comunicação social acerca da intenção de se proceder ao encerramento de centenas de escolas do 1º ciclo do ensino básico. Referiu ainda a assinatura de um protocolo entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, através do qual poderão vir a ser encerradas novecentas e uma escolas só na Região Norte. Teceu fortes críticas aos critérios e métodos utilizados pelo Ministério da Educação acusando-o de prepotência. Saliu os graves prejuízos quer para as populações afectadas quer para os profissionais desta área. Relativamente ao concelho de Fafe e sabendo que catorze escolas irão encerrar coloca algumas questões, nomeadamente, qual a posição tomada pela autarquia de Fafe face à intransigência do Ministério da Educação; qual a posição da Autarquia no impacto que estas medidas têm relativamente à colocação de professores; se foi assegurado o transporte, com as normas de segurança em vigor, das crianças e a razoabilidade da distância que têm que percorrer. Por fim, abordou, ainda, a capacidade e as condições das infraestruturas que irão receber os alunos das escolas a encerrar. Seguiu-se a intervenção do Engenheiro Albino Costa, para, em nome do PS, responder à intervenção efectuada pelo deputado Joaquim Magalhães face ao tom utilizado, nomeadamente, no que se refere à Mesa da Assembleia e ao tempo utilizado pelos membros, referindo que todos os membros deverão ter o bom senso na gestão do tempo das suas intervenções. Por fim, pediu a palavra o deputado Joaquim Magalhães para responder ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Arões S. Romão, lamentando as palavras utilizadas pelo mesmo. Findas as intervenções o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões colocadas

pelos membros da Assembleia Municipal. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara começou por responder à questão colocada pelo Engenheiro José Manuel Batista relacionada com a revisão do Plano Director Municipal referindo que o atraso se deve, de facto, à cartografia certificada que não foi ainda entregue. Quanto às questões levantadas pelo Doutor António Cunha referiu que a Câmara está a acompanhar o problema das urgências e relativamente à campanha refuta as acusações, afirmou que em momento algum confundiu o cargo que ocupa com o seu papel enquanto cidadão. Anotou as sugestões e preocupações dos deputados Ricardo Almeida e Alexandre Peixoto, relativamente aos incêndios, acrescentando que são também preocupações do Município de Fafe, elencando alguns projectos nesta área, nomeadamente, o Plano de Defesa da Floresta, Vigilância Móvel, entre outros. Em resposta às questões relacionadas com a educação o Senhor Presidente deu a conhecer que brevemente a carta educativa será remetida à Assembleia Municipal para discussão e aprovação, acrescentando que a reorganização do parque escolar está prevista na carta educativa, não sendo apenas uma exigência do Governo mas também a convicção do Município que esta reorganização serve os interesses do concelho e dos alunos, referindo, ainda, que o critério utilizado nesta reorganização é a qualidade dada aos alunos. Quanto aos edifícios escolares que irão encerrar o Senhor Presidente informou que, como tem vindo a acontecer, os mesmos irão continuar a ser alienados às Juntas de Freguesia. Quanto às questões colocadas pelo deputado José Ricardo a primeira relativa à venda de aves na Feira Semanal, o Senhor Presidente informou que o Município tem cumprido escrupulosamente as directivas emanadas pela Direcção Geral de Veterinária. Relativamente ao terreno junto à escola informou que o mesmo é público e está já em curso um projecto para a sua recuperação. Sobre a aprovação das taxas do IMI o Senhor Presidente respondeu que está convicto que o Município de Fafe está a proceder correctamente. Findo o Período de Antes da Ordem do Dia De seguida entrou-se de imediato na **ORDEM DO DIA PONTO DOIS PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal. Pediu a palavra a Doutora Leonor Castro lembrando que na última reunião da Assembleia Municipal fez um reparo relativamente às obras da Rua de Angola, dado que as mesmas não constavam da informação

escrita do Senhor Presidente, e que naquela reunião o Senhor Presidente referiu que se tratou de um lapso, constata, agora com algum espanto, que uma vez mais, as referidas obras não vêm referidas nesta informação, lamentando o facto e lembrando outras obras na cidade que se vão perpetuando, trazendo prejuízos para os seus utentes. Refere que, é fácil concluir que se tratam de obras mal planeadas, dando como exemplo, uma vez mais, as obras da Rua de Angola que tendo já os passeios concluídos, foram novamente retalhados para retirar os postes de iluminação. Referiu-se, ainda, a um outro investimento, o aquecimento do Pavilhão Gimnodesportivo, previsto em orçamento, mas que não consta da informação escrita do Senhor Presidente, considerando que esta e outras questões levam a reflectir sobre as taxas de execução apresentadas. Seguiu-se a intervenção do Doutor Pedro Frazão para colocar uma questão relativa à obra de beneficiação ao interior de Varzeacova, que se prende com a invasão de propriedade privada. Usou da Palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e no que se refere às obras compreende as preocupações da deputada Doutora Leonor Castro que, como referiu são também preocupações da Autarquia, no entanto refere que são atrasos sem qualquer encargo adicional para o Município, e que a aparente descoordenação se deve um pouco às operadoras das vias que decidem as suas intervenções tardiamente. Aproveitou para informar que, apesar de terem sido informados atempadamente, e na altura devida não quererem intervir, a operadora da rede de gás vai agora fazer a sua intervenção em algumas obras que estão em curso. Quanto à questão colocada pelo Doutor Pedro Frazão o Senhor Presidente referiu que não tem conhecimento que a Câmara tenha invadido qualquer propriedade privada, desconhecendo também qualquer obstáculo à realização da obra. Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à cedência do edifício Escolar EB1, sita na freguesia de Varzeacova, à Junta de Freguesia. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Fafe fazendo uma recomendação à Câmara de forma a que seja acautelada a eventual lapidação de património Seguiu-se a intervenção do Doutor Belarmino Costa sugerindo que a Câmara Municipal acautele este tipo de cedência de Património. Respondendo às questões colocadas, usou da palavra o Senhor

Presidente da Câmara referindo que podem ser acautelados eventuais “abusos” de utilização, considerando que o património deve continuar a ser público. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta, posta à votação, sendo aprovada, por unanimidade. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS**

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à alteração ao artigo 17º, n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças de 2006. Pediu para intervir Doutor Pedro Frazão esclarecendo que se trata, tão só de uma rectificação. De seguida usou da palavra o deputado Joaquim Magalhães referindo, também, que se trata de uma rectificação e tal como foi referido anteriormente as taxas não podem estar em vigor, por as actas não terem sido aprovadas. O Senhor Presidente da mesa esclareceu que, como vem sendo hábito, relativamente às deliberações da Assembleia as mesmas são aprovadas em minuta no final de cada sessão. Seguiu-se a intervenção do Doutor António Jorge Barroso para fazer um reparo quanto à elaboração das propostas de Regulamentos para que não surjam erros. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre os cartões de estacionamento para residentes que não estão ainda disponíveis. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara esclarecendo que, tal como já foi referido, se trata de uma rectificação de um lapso. Quanto aos cartões referiu que em breve iram ser implementados. Como mais ninguém quis intervir foi a proposta, posta à votação, sendo aprovada, por unanimidade. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, sita na freguesia de Arões S. Romão. Pediu a palavra o Engenheiro Miguel Summavielle para dizer, no essencial que, apesar de entender ser legítimo ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Arões S. Romão solicitar a cedência da parcela, face aos argumentos apresentados, discorda na desafecção de parcelas do domínio público, porque o fim das mesmas deveria ser para equipamentos e espaços verdes e ao serem desafectadas poderão ser destinadas à construção, havendo, no caso concreto, terrenos para venda, na freguesia com aptidão construtiva. Seguiu-se a intervenção do Doutor Pedro Frazão corroborando as afirmações do Engenheiro Miguel Summavielle, acrescentando que o PSD vai rejeitar a proposta por entender que é ilegal. De seguida usou da palavra o deputado Ricardo Almeida,

referindo que a fundamentação da proposta é vaga, como tal, não concorda com a “oferta” de um espaço público à Junta de Freguesia de Arões S. Romão para ser vendido a título de compensação por obras efectuadas. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão para esclarecer que, apesar de hoje em dia ser diferente, antigamente as parcelas cedidas, pelos promotores dos loteamentos, eram aquelas que não tinham qualquer utilidade, sendo que a parcela em causa é um talude e que foi vendida a dois mil escudos o metro quadrado, e o que o interessado pretende é plantar uma vinha, concluindo que se trata de regularizar uma situação de há 14 anos atrás. Pediu, novamente, a palavra o Doutor Pedro Frazão para sublinhar que o Senhor Presidente da Junta da Freguesia ao referir que o terreno foi vendido veio dar, ainda mais, razão ao PSD para votar contra a proposta em discussão, acrescentando que não pactuam com ilegalidades e que protestam veemente contra este comportamento. Pediu, novamente, a palavra o Engenheiro Miguel Summavielle para corroborar todas as afirmações efectuadas pelo Doutor Pedro Frazão e para informar o Senhor Presidente da Junta de Arões S. Romão que os membros da CDU foram ao local onde se situa a referida parcela. Seguiu-se a intervenção do deputado Joaquim Magalhães começando por questionar o espaço temporal do pedido da cedência da parcela de terreno e as obras da Igreja de Arões e por fim chamou a atenção da Mesa da Assembleia para que fique registado em acta que o Senhor Presidente da Junta de Arões S. Romão afirmou em Assembleia que o terreno foi vendido. Interveio de seguida o Doutor António Cunha para reforçar as posições dos deputados Doutor Pedro Frazão e Engenheiro Miguel Summavielle, considerando sobre o que está em discussão se tratar já de uma situação de facto, face ao referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão e fazendo a ligação ao ponto seguinte da ordem do dia referiu que esteve no local tendo verificado que existe já uma garagem construída na parcela a que se refere aquele ponto e tal como a parcela agora em discussão trata-se de um facto consumado. Interroga-se se faz sentido estarem a discutir situações consumadas que retiram a dignidade a esta Assembleia, considerando que estas questões poderão ser do foro judicial. Pediu novamente a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arões S. Romão para lembrar que o pedido agora em discussão é de 1991,

informando ainda que as serventias estão acauteladas, reafirmando ainda que a parcela está vendida, existindo um contrato-promessa. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer algumas questões levantadas. Começando por fazer um apelo à Assembleia para o bom senso. Afirmando que também não está de acordo com este procedimento mas que o mesmo deriva do facto de se estar a completar o inventário e por esse facto se verificar que existia um acordo entre o então Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia de Arões na cedência desta parcela, acrescentando que se trata de legalizar uma situação que, por questões burocráticas só agora é possível legalizar, alertando ainda que tal como esta, poderão existir outras situações que já se concretizaram e que será necessário proceder à sua formalização. Concordou que de futuro não podem acontecer situações como estas, mas entende que não se está a cometer alguma ilegalidade, mas tão só a regularizar uma situação. Terminado o período da discussão foi a proposta posta a votação, sendo aprovada, por maioria, com vinte votos contra e nove abstenções. A CDU ditou para acta a seguinte declaração de voto: “O Grupo Parlamentar da CDU vota contra a proposta da Câmara relativa à desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, sita na freguesia de Arões S. Romão, inserida no ponto 2.4 da ordem do Dia na sessão de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e seis, por considerar este procedimento um desrespeito pela lei, tanto mais agravado quanto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia afirmou, nesta Assembleia, que já vendeu o terreno em causa. Acresce a estes argumentos o facto de não concordarmos com a visão dada pelo Senhor Presidente de Arões S. Romão, pois, estudado o local, reconhece-se a pertinência de manter o referido terreno no domínio público, canalizando-o, eventualmente, para uma zona verde ou de lazer que servirá o Loteamento.” Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à desafecção do domínio público de duas parcelas de terreno, sita no Loteamento do Telhado, da Freguesia de Arões S. Romão. Pediu a palavra o Doutor Pedro Frazão para questionar o Senhor Presidente da Junta de Arões S. Romão se a Junta de Freguesia já tinha vendido o terreno e recebido o dinheiro. Seguiu-se a intervenção do deputado Ricardo Almeida referindo que mais uma vez não se verifica qualquer fundamentação para a desafecção do domínio público das

parcelas em causa, com a agravante de existir já uma garagem construída. Concluiu colocando algumas questões, nomeadamente como é possível vender uma parcela que ainda não foi cedida e porquê pedir a aprovação da Assembleia depois do facto consumado. Seguiu-se ainda as intervenções do Engenheiro Miguel Summavielle, Doutora Leonor Castro e do Senhor Joaquim Magalhães corroborando as intervenções anteriores. Às questões colocadas o Senhor Presidente reiterou as explicações do ponto anterior. Posta a proposta a votação, e na sequência desta, foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos contra e nove abstenções. A CDU ditou para a acta a seguinte declaração de voto: “O Grupo Parlamentar da CDU vota contra a proposta da Câmara relativa à desafecção do domínio público de duas parcelas de terreno, sitas no Loteamento do Telhado, da freguesia de Arões S. Romão, constante do ponto 2.5 da Ordem de Trabalhos da sessão Ordinária de vinte e quatro de Fevereiro. Os motivos prendem-se com as razões apresentadas na declaração de voto da proposta anterior, aos quais acresce a gravidade de existir no local, que é ainda, em termos legais, do domínio público, uma garagem construída, num nítido arripio do procedimento legalmente previsto”. Passou-se de seguida ao **PONTO DOIS PONTO SEIS**: Deliberação sobre o valor a fixar relativo ao seguro de acidentes pessoais, dos membros da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 17º, da Lei n.º 29/87, de 30/06, republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10/10. Como ninguém quis intervir foi a proposta posta a votação, sendo aprovado por unanimidade, actualizar o valor do seguro segundo os critérios utilizados, pelo executivo, para o mesmo efeito. Entrou-se de imediato no **PONTO DOIS PONTO SETE**: Eleição de representantes da Assembleia Municipal para os seguintes órgãos: **a)** Comissão Concelhia de Saúde; **b)** Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal; **c)** Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; **d)** Conselho Municipal de Segurança; **e)** Conselho-Geral do Hospital de S. José de Fafe; **f)** Associação Nacional dos Municípios Portugueses **g)** Conselho Municipal de Educação. Foram apresentadas à mesa duas listas, para os vários órgãos, que passam a fazer parte integrante desta acta, a primeira apresentada pelo Partido Socialista. A segunda apresentada conjuntamente pelo PSD, CDS e CDU. Dado tratar-se de duas listas foram designadas da seguinte forma para efeitos de votação: a lista apresentada pelo Partido

Socialista designada pela letra A e a outra lista designada com a letra B. Efectuada a votação por escrutínio secreto, em sete urnas, obteve-se os seguintes resultados: **a)** Comissão Concelhia de Saúde, trinta e nove votos para a lista A, vinte e dois para a lista B e um voto branco; **b)** Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal, trinta e seis votos para a lista A, vinte e três para a lista B e três votos brancos; **c)** Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, trinta e oito votos para a lista A, vinte votos para a lista B e quatro votos brancos; **d)** Conselho Municipal de Segurança, trinta e oito votos para a lista A, vinte e três para a lista B e um voto branco; **e)** Conselho-Geral do Hospital de S. José de Fafe, trinta e sete votos para a lista A, vinte e três para a lista B e dois votos brancos; **f)** Associação Nacional dos Municípios Portugueses, trinta e cinco votos para a lista A, vinte e dois para a lista B, quatro brancos e um nulo; **g)** Conselho Municipal de Educação, trinta e oito votos para a lista A, vinte e dois para a lista B e dois votos brancos. Em resultado desta votação foram eleitos os seguintes membros: **a)** Comissão Concelhia de Saúde – Raul Jorge Fernandes Cunha. **b)** Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal – Presidente da Junta de Freguesia de Passos; **c)** Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos, Isabel Maria Oliveira Ferreira, Luciano Magalhães Sampaio e Olinda Joaquina Teixeira Alves; **d)** Conselho Municipal de Segurança – Os Presidentes da Junta das Freguesias de Moreira de Rei, Seidões, Silvares S. Martinho, S. Gens, Golães e Revelhe e os cidadãos: Miguel Ângelo Machado Soares, Arlindo Gil Ribeiro Gonçalves, Armando Nogueira Cunha, Francisco Manuel Figueira Lemos, Armindo Manuel Tavares Fernandes, João Manuel de Oliveira Vieira Mendes, Armando Oliveira Lobo, José Carlos Leite Pereira da Silva e Filipe Custódio Moreira Mendes; **e)** Conselho-Geral do Hospital de S. José de Fafe – Manuel Cunha; **f)** Associação Nacional dos Municípios Portugueses – como membro efectivo o Presidente da Junta de Freguesia de Serafão e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Ardegão; **g)** Conselho Municipal de Educação – Presidente da Junta de Freguesia de Silvares S. Clemente, José Manuel Pinto Machado. Esgotada, assim, a ordem de trabalhos foi pelo Senhor Presidente da Mesa encerrada a sessão E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número

cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.